

Carta Aberta à mídia e à direção e a Eletrobras.

A grande imprensa tem dando destaque nos últimos dias à redução de salários dos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras tentando de alguma forma normalizar junto à opinião pública o discurso de que não é nada demais tirar dinheiro do bolso dos trabalhadores e trabalhadoras e isso faz parte do processo de negociação do Acordo Coletivo. Ledo engano, as Entidades Sindicais sabem que a redução de salários é só o primeiro passo para impor uma agenda de demissões em massa, hoje proibida.

O SINTERGIA-RJ e as demais Entidades Sindicais repudiam esse tipo de informação, já que são radicalmente contrários a qualquer redução de salários. A verdade dos fatos é que nas primeiras negociações houve essa proposta da Eletrobras, com a qual, em momento algum os representantes sindicais concordaram. As Entidades Sindicais defendem os direitos e a manutenção dos empregos dos trabalhadores e trabalhadoras que representam.

É importante esclarecer que redução salarial é autorizada pela legislação brasileira desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no entanto, ela só é permitida mediante uma Convenção Coletiva de Trabalho, que é um acordo feito entre empregadores e sindicatos. E nesse sentido, não há possibilidade do SINTERGIA-RJ e demais sindicatos aceitarem essa proposta.

A mídia corporativa sempre aborda a questão da redução de salários para melhorar a gestão, mas esquece mencionar ela é autorizada a empregadores que comprovem juridicamente que passam por instabilidade econômica, o que não é o caso da Eletrobras. Aliás, algumas perguntas fundamentais deveriam ser feitas: Qual a dificuldade financeira da Eletrobras? Quando foi emitido o comunicado ao mercado sobre suas dificuldades financeiras? Onde está o planejamento de recuperação das tais dificuldades financeiras? Qual a previsão de solução dessas dificuldades financeiras? Se está em dificuldades financeiras, por que aumentou o salários dos diretores para mais de R\$ 600 mil?

Segundo dados publicados pelo portal Poder 360, a Eletrobras registrou em 2023 um lucro de R\$ 4,4 bilhões em 2023, este resultado é 21% superior ao registrado em 2022, quando a companhia lucrou R\$ 3,6 bilhões; Ebitda totalizou R\$ 17 bilhões. Ou seja, não há motivos para investirem sobre os salários dos trabalhadores.

O SINTERGIA-RJ e as demais entidades de representação da categoria em diversos estados continuam em mobilização permanente na luta por um ACT justo. Agendadas para 23 e 24/04 e 07 e 08/05, novas rodadas de negociação acontecerão em Brasília e, de antemão, as Entidades de Representação já se posicionaram pelo respeito ao ACT, o que significa a valorização de cada trabalhador e trabalhadora, que com muito esforço construiu a maior empresa de energia da América Latina.

O SINTERGIA-RJ e demais sindicatos têm se articulado em Brasília para buscar apoio para o fechamento do ACT em bases justas. Recentemente os dirigentes sindicais se reuniram com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que se prontificou a ajudar na negociação. A interlocução tem sido realizada também com outros Ministérios, deputados e senadores, fazendo valer a lembrança de que o governo detém 43% das ações e precisa de alguma forma exercer

algum tipo de interferência dentro da Eletrobras privatizada.

O discurso colocado de forma proposital na mídia não irá confundir a categoria, ela sabe que os sindicatos defendem seus direitos e não a retirada deles. A mensagem de redução de salários pode agradar aos investidores que querem ganhar mais dinheiro, mas não há quem vende sua mão de obra. Como diz o ditado: Em direitos não se mexe.

A disputa de narrativas continuará ser travada, de um lado a mídia neoliberal, que defende o estado mínimo e a entrega do patrimônio público para o capital financeiro. Do outro as entidades sindicais e os movimentos populares, levando a informação correta em defesa de um Brasil forte e soberano, especialmente nos setores estratégicos, com o de energia elétrica.

